

LITERACIA LINGUÍSTICA: AQUI E AGORA?

Orlando Strecht-Ribeiro
Escola Superior de Educação – CIED

“Each advance brings new and unexpected discoveries, and challenges our minds with unusual and sometimes difficult concepts.”

The Mind of God, by Paul Davies

Falar de literacia no âmbito de um projecto relacionado com o desenvolvimento de bibliotecas escolares implica necessariamente uma abordagem diacrónica do conceito, perspectivando-o na sua dimensão mais abrangente, com toda a carga de natureza social e, logo, cultural que traz consigo. Trata-se efectivamente de um conceito mutável, originariamente orientado exclusivamente para a capacidade de ler e escrever, mas que actualmente se apoia numa pluralidade de competências e de aspectos funcionais relacionados com os modos diversos de obter e utilizar a informação na sociedade do conhecimento. Daí que a forma plural – literacias - , encontrada actualmente com maior frequência, sirva de imediato como indicador de um conteúdo variado, complexo e flexível, permitindo uma cada vez melhor adaptação às necessidades inesperadas e imprevisíveis dos tempos e da sociedade em que vivemos. Fala-se então de literacia linguística, matemática, científica, ambiental, ecológica... ou seja, o próprio conceito passou a identificar o domínio específico das aprendizagens requeridas, que podem ser linguísticas, matemáticas, etc.

No que diz respeito às aprendizagens linguísticas, importa salientar que a presente situação no nosso país e nas nossas escolas justifica a reconsideração e análise de uma série de aspectos que, entre muitos outros, podem simultaneamente ajudar a compreender alguma falta de qualidade no uso que actualmente se faz da língua portuguesa e a perspectivar medidas que, num futuro mais ou menos próximo, irão prevenir o surgimento de problemas ao nível da comunicação e da transmissão cultural. Pensemos um pouco.

Tanto os resultados de programas internacionais como os de provas de avaliação nacionais conduzem a que se especule sobre os níveis de literacia dos alunos (para não falar dos outros) portugueses, relacionando este facto com uma crise no ensino e aprendizagem da língua materna. Assistimos, de facto, a um declínio da qualidade geral do seu uso oral e escrito. No que diz respeito à escola, é mais que evidente que se tem centrado no desenvolvimento de competências relacionadas com o código escrito, com um desprezo generalizado pelas competências de oralidade previstas pelos programas oficiais para o ensino da língua, e esquecendo que é exactamente a consciência linguística que temos das regras da oralidade, quando devidamente transferida para a leitura e para a escrita, que promove o sucesso escolar

em todas as aprendizagens. Relativamente às competências do modo oral, considera-se indispensável perseguir os seguintes objectivos ao longo da escolaridade básica: a) ‘Alargar a compreensão a discursos em diferentes variedades do Português padrão, e dominar progressivamente a compreensão em géneros formais e públicos do oral, essenciais para entrada na vida profissional e para o prosseguimento de estudos; b) Alargar a expressão oral em Português padrão e dominar progressivamente a produção de géneros formais e públicos do oral, essenciais para entrada na vida profissional e para o prosseguimento de estudos’.¹ Boas intenções, nada mais. Além de tudo isto, verifica-se com facilidade como personalidades da vida pública portuguesa em posição dominante, quer por lhes ser concedido tempo de antena nas rádios e televisões, quer pela disseminação dos seus escritos, não cumprem os requisitos mínimos de utilização correcta, constituindo dessa maneira exemplos perniciosos e sistemáticos daquilo que linguisticamente não se deve fazer. Segundo um apresentador de televisão, o político X ‘interview’ na reunião Y, e o comentador desportivo da rádio Z ‘pensa de que...’. Assim vai o uso da língua.

Mas as questões da literacia em Português têm contornos mais sinuosos na sociedade actual. No espaço nacional, o Português é a língua oficial, a língua de escolarização, a língua materna da esmagadora maioria da população escolar e a língua de acolhimento das minorias linguísticas que aqui vivem, e reconhece-se que, por isso mesmo, o domínio da língua portuguesa é decisivo no desenvolvimento individual, no acesso ao conhecimento, no relacionamento social, no sucesso escolar e profissional e no exercício pleno da cidadania. Acontece que o número cada vez maior de crianças oriundas de outros países e falando línguas maternas diferentes, sem um domínio elementar da língua portuguesa, obriga os professores a contorcimentos metodológico-didáticos de base intuitiva para os ajudar nas aquisições básicas, já que não tiveram na sua maioria preparação para fazer face a esse novo tipo de público, nem durante a sua formação inicial, nem em acções de formação contínua. Esta situação, pese embora todo o esforço realizado, reflecte-se naturalmente nos resultados obtidos pelos alunos ao fim de cada ano lectivo.

A língua é uma chave social. Quem a domina encontra-se numa situação privilegiada, e todos sabemos como a falta do seu conhecimento aprofundado interfere com a capacidade de resolução de problemas em todas as áreas. Para além disso, nos tempos que correm, uma educação linguística de base não se compadece com o desconhecimento de outras línguas para além da materna, facto que constitui uma desvantagem competitiva logo por si. A maior parte das vezes, ter de dominar mais do que uma língua não é uma escolha mas sim uma necessidade. E é importante começar cedo, bem cedo. E não existe qualquer evidência científica que isso provoque confusão ou atraso.² Daí a grande importância de medidas recentemente tomadas quanto à introdução da língua inglesa nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, dando corpo a expectativas que vão ao encontro dos desejos de alunos, pais e professores.

O multilinguismo, elemento constitutivo tanto da identidade e cidadania europeias como da sociedade cognitiva, parece estar finalmente na agenda política e a credibilidade das políticas educativas e do sistema de ensino serão postas em causa se da escola as crianças não saírem equipadas com o mínimo necessário para poderem responder às exigências da sociedade moderna. Actualmente, podemos afirmar que a qualidade dos recursos humanos depende do tripé constituído pelo português, a matemática e uma língua estrangeira, sendo todos estes pilares inevitavelmente apoiados por um domínio adequado das tecnologias de informação como ferramentas essenciais. Estas exigências nas qualificações têm reflexos imediatos no turismo, nos serviços, nos negócios, nos estudos, nas carreiras, nas artes, na cultura, e representam um salto de qualidade que aponta para um novo estágio de desenvolvimento do país. Quanto à língua estrangeira, o Inglês impõe-se como língua internacional, constituindo uma espécie de Esperanto

¹ Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Específicas – *Língua Portuguesa*

² Muito conveniente a leitura a este propósito destas duas obras:

Hakuta, K.(1986). *Mirror of language. The debate on bilingualism*. New York: Basic Books.

Romaine, S.(1995). *Bilingualism*(2nd ed).London: Blackwell.

dos nossos dias, e a sua escolha revela-se antes de tudo de importância estratégica, ainda que as vantagens relacionadas com a aprendizagem de uma língua estrangeira se possam concretizar com a de qualquer outra. E não devemos esquecer que a globalização reforça os idiomas mais fortes e enfraquece os restantes, provocando fortes estragos na tão proclamada diversidade linguística. O ideal, para concretizar os objectivos para a intercompreensão e comunicação intra europeia e com o resto do mundo, será aprender mais do que uma!³

A literacia linguística relaciona-se intrinsecamente com um outro factor importante para a construção da Europa dos cidadãos: a mobilidade.⁴ O fluxo de um grande número de pessoas de uns países para os outros implica necessariamente que a mobilidade afecte todos os aspectos da vida e da aprendizagem tanto de quem muda como de quem não quer mudar, exigindo o desenvolvimento de maiores competências no domínio do conhecimento e da compreensão da diversidade linguístico-comunicativa e cultural. Tanto em quem parte como em quem chega. Esta mobilidade, sendo em si um factor positivo, levanta porém algumas questões que podemos apelidar de literacia intergeracional ou literacia familiar, que o tecido social do nosso país começou já a deixar transparecer. Língua e literacia podem afectar de forma indelével as relações intergeracionais devido à existência de diferenças de ritmo das diferentes gerações na aquisição linguístico-cultural da língua do país ou região para onde se imigra.

De facto, as crianças imigrantes têm acesso aos factos linguísticos e culturais mais cedo do que tiveram os mais velhos que as acompanham e levam consigo para casa necessidades e problemas a que as famílias não conseguem dar resposta, o que, com o decurso do tempo, propicia o surgimento de problemas e empobrecimento na comunicação e de interrupções nos processos de transmissão cultural.⁵ Com o agravamento desta situação as línguas originais ir-se-ão perdendo, sendo cada vez menos dominadas pelos mais novos, e esse afastamento afectivo, resultado da indiferença pelo que não se conhece ou não se entende, pode conduzir a problemas de identidade relacionados com a valoração das idiossincrasias culturais. É para este domínio que gostaríamos de chamar a atenção.

Nas nossas escolas, como já referimos, é crescente o número de crianças que não têm o Português como língua materna. A idade de chegada, o facto de serem oriundas de países muito diversos e de condição social diferente implica que constituam um grupo deveras heterogéneo, tornando difícil definir uma estratégia de recepção e de actuação igualmente eficaz para todas: o número de anos de escolarização no país de origem é variável, o que tem por consequência um domínio de competências muito diverso, e as línguas maternas vão desde os para nós mais familiares crioulos africanos a línguas eslavas ou mesmo orientais, ou seja, línguas de famílias muito distantes entre si, desde as tonais (como o Chinês) às de alfabetos diferentes (como o Russo). Estas diferenças vão colocar, entre outras, muitas dificuldades aos professores na sua actuação pedagógico-didáctica quotidiana, e levarão em muitos casos as próprias crianças a enfrentar acréscimos de dificuldade em situações de rotina académica e social que urge atenuar. Torna-se necessário procurar melhorar a nossa compreensão dos factores predictores de sucesso

³ Também quanto às línguas o cenário é marcado por relações de poder, e ainda que, devido à expansão da língua inglesa nas últimas décadas, um inglês ou um americano não ‘precisem’ de saber outras línguas, essa aprendizagem seria para eles também um factor de enriquecimento inquestionável. Ou não será empobrecedor não poder ler nem compreender nada que não seja em tradução ou na língua utilizada no nosso bairro (mesmo que seja grande)?

⁴ A livre circulação das pessoas no espaço europeu constitui o cerne do investimento nos recursos humanos, uma das prioridades da União Europeia; pretende-se assim criar condições para melhorar as competências sociais dos indivíduos pela aprendizagem da comunicação e da vida em sociedade e pelo respeito da diferença e incentivar simultaneamente o desenvolvimento de competências linguísticas.

⁵ Diferentes níveis de aculturação provocarão inevitavelmente níveis de competência linguístico-comunicativa diferente, para não falar da dimensão dos factores sócio-culturais e afectivos.

quando essas crianças aprendem a ler e a escrever em português, já que esse conhecimento pode ter aplicação imediata na sala de aula para promoção do ensino da literacia em português.

Existem muitos estudos sobre crianças monolíngues mas precisamos de saber como é que o processo se altera e difere entre crianças monolíngues e aquelas a quem se exige bilinguismo. Que factores são facilitadores da aquisição de literacia numa segunda língua? Se existe transferência de capacidades, são todas igualmente transferíveis? Quais as abordagens que favorecem mais estas crianças? Em que estádios de leitura e de escrita e em que condições? Sabemos como o ambiente extraescolar, principalmente o familiar, exerce fortes influências sobre a aprendizagem das crianças. Que língua(s) se usa(m) em casa? A segunda língua (neste caso o português) com que padrões é utilizada, se é que o chega a ser? São imprescindíveis, da parte das escolas⁶ e de outras instituições, algumas acções que envolvam os mais velhos no sentido de os ajudarem a promover um ambiente em casa que apoie as necessidades das crianças mais novas, que acompanhe os seus progressos na escola e que os ajudem a contactar com as entidades e o pessoal envolvido, nomeadamente em programas de literacia básica em L2 (língua não materna) ou mesmo L1 (língua materna), quando tal se justifique.

Sabe-se que o nível de consciência linguística na língua materna se relaciona positivamente com o desenvolvimento do processo de aquisição e aprendizagem de outras línguas devido à possibilidade de transferência de um número maior ou menor de competências, conforme se trate de línguas mais próximas ou mais distantes. Com base no conhecimento detalhado dos públicos interessados, e potenciando todas as competências que trazem consigo, poderão ser lançados programas de literacia para a família, literacia para o emprego, literacia para a comunidade e literacia geral na L2, sempre partindo do público-alvo para a construção do currículo, e não o inverso. Trata-se de promover uma sociedade proficiente em literacia. Mas não se podem repetir erros do passado. De facto, muitos dos programas e acções isoladas para o desenvolvimento de literacia de grupos linguísticos minoritários acabam por falhar dado serem percebidos pelos grupos de interessados como inacessíveis, irrelevantes ou desadequados.

Vários tipos de barreiras se podem colocar como obstáculos ao grau desejado de participação: institucionais (localização, horários, participações), situacionais (horários de emprego, responsabilidades familiares, falta de dinheiro, de transportes), psicológicas (atitudes, crenças, auto-estima baixa como aluno) e pedagógicas (falta de adequação aos interesses dos participantes, às suas capacidades). Muitas destas barreiras afectam particularmente as mulheres e associam-se, no caso de imigrantes muito recentes, à falta quase total de domínio do português e a factores de muito pouca segurança relacionados com emprego, habitação, família, etc., que os impedem de uma socialização mais extensiva e de adaptação cultural, factores determinantes no processo de aquisição e aprendizagem de línguas adicionais,⁷ para não falar de questões relacionadas com a idade, a auto-estima ou mesmo a motivação, que marcam fortemente as situações de aprendizagem do adulto, e que requerem uma adequação dos figurinos de intervenção a propor às suas características cognitivas e afectivas.

⁶ São imensos os desafios que as escolas enfrentam e que irão continuar a enfrentar num futuro próximo, devido a um conjunto enorme de exigências que os novos públicos lhes colocam, se desejarem prestar serviços com valor e qualidade às comunidades que servem. Um dos mais importantes passa pelo conhecimento e pela informação acerca das línguas que esses novos públicos trazem consigo.

⁷ A designação de língua adicional (additional language) começou a substituir em muitos casos a de língua estrangeira para, num contexto europeu, referir cada uma das novas línguas que vão sendo interiorizadas pelos falantes, que se querem necessariamente plurilíngues (e não apenas bilingues). Assim, poderemos falar de primeira língua adicional, segunda língua adicional, etc.

O conceito de bilinguagem, emergente e cada vez mais urgente, remete para as questões da educação linguística e da intercompreensão e para a necessidade do desenvolvimento integrado da literacia em ambas as línguas. As bibliotecas escolares, entre todas as outras, têm uma função importantíssima com vista a este objectivo: promover políticas de desenvolvimento e de aquisição de recursos que compreendam as necessidades dos seus utilizadores e se abram com flexibilidade à diversidade linguística e cultural que eles representam. As escolas e as suas bibliotecas têm de estar de portas abertas para a sociedade, fomentando a educação ao longo da vida, permitindo o regresso à escola como espaço de cidadania, correspondendo aos desafios da sociedade que estamos a construir, constituindo-se enfim como um elemento de coesão social, humana. Para esse efeito devem garantir, entre outros objectivos mais ou menos imediatos, o provimento adequado das obras representativas das línguas e culturas dos seus alunos e respectivos agregados familiares, abrindo-se assim aos adultos e indo ao encontro das suas necessidades individuais e da comunidade, garantindo embora os recursos que permitam aos mais novos o conhecimento da literatura, dos media e da cultura relacionados com a infância e a juventude... também na sua língua materna! O financiamento para tal necessário será sempre um bom investimento. As bibliotecas escolares podem e devem ser dinamizadores activos de programas educativos especialmente dirigidos às comunidades minoritárias locais e que capitalizem nos seus valores culturais, interesses e aspirações, adoptando uma filosofia de participação, com todos os benefícios educativos que a via da responsabilização acarreta. A diversidade linguística tem de ser assumida definitivamente como factor de enriquecimento, já que é um valor em si mesma, e ajuda a promover o diálogo intercultural, o respeito e a solidariedade imprescindíveis para o bom relacionamento na sociedade de acolhimento em que o nosso país se transformou.

Aqui e agora, deseja-se uma abordagem da literacia que seja definitivamente inclusiva, já que é também a ideia de cidadania inclusiva que está em causa, uma cidadania que preserve a igualdade de oportunidades mas também de respeito e consideração.⁸ A breve prazo queremos escolas e bibliotecas que compreendam e respondam adequadamente às famílias e às comunidades, famílias que cooperem de perto com as escolas na consecução de objectivos multilinguísticos e multiculturais negociados, e gerações que definitivamente encontrem uma na outra os recursos para lembrar o seu passado, fazer face às dificuldades do presente e encarar o futuro com confiança.

Orlando Strecht Ribeiro

⁸ Reconhecidamente existe uma dimensão linguística, muitas vezes pouco visível, nos processos de discriminação.

